

Os efeitos da desigualdade na região metropolitana de Belém no contexto social da covid-19: uma análise crítica da pobreza e renda na região

The Effects of Inequality in the Metropolitan Region of Belém in the Social Context of COVID-19: A Critical Analysis of Poverty and Income in the Region

Raiane Almeida Maciel^{1a}

Armando Lirio de Souza^{2b}

Resumo: O estudo do presente trabalho será voltado a investigar os efeitos da desigualdade na Região Metropolitana de Belém com o objetivo de trazer para a atualidade, no contexto da pandemia da Covid-19, os temas abordados quando se discute assuntos relacionados à desigualdade. Em termos metodológicos, será composto por análises empíricas, econômicas, políticas e sociais com base em dados secundários de fontes como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), artigos, boletins e biografias que nos ajudem a compreender a importância do tema. Observa-se que os efeitos da desigualdade e da pandemia agravaram problemas já existentes na sociedade como a proporção de pessoas pobres e extremamente pobres dentro do Brasil e em seus municípios, como no caso de Belém. A questão da desigualdade na renda não será a única justificativa para a desigualdade presente na RMB, serão tratados aspectos de ampliação das capacitações dos indivíduos, na perspectiva de proporcionar oportunidades nas dinâmicas sociais que colaboram para a diminuição da desigualdade.

Palavras-chave: Desigualdade, Região Metropolitana de Belém, Covid-19.

Abstract: The study of the present work will be aimed at investigating the effects of inequality in the Metropolitan Region of Belém with the objective of bringing to the present, in the context of the Covid-19 pandemic, the topics addressed when discussing issues related to inequality. In methodological terms, it will consist of empirical, economic, political and social analyzes based on secondary data from sources such as the IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics), articles, bulletins and biographies that help us to understand the importance of the theme. It is observed that the effects of inequality and the pandemic aggravated existing problems in society, such as the proportion of poor

^{1a} Mestranda pelo PPGE (ICSA/UFPA).

^{2b} Professor adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Pará (ICSA/UFPA).
Doutor em Desenvolvimento Rural.

and extremely poor people within Brazil and in its municipalities, as in the case of Belém. The issue of income inequality will not be the only justification for the inequality present in the RMB, aspects of expanding the capabilities of individuals will be addressed, with a view to providing opportunities in the social dynamics that collaborate to reduce inequality.

Keywords: Inequality, Metropolitan Region of Belém, Covid-19.

1. Introdução

Pode-se inferir que a desigualdade na Região Metropolitana de Belém se deve à falta de melhores políticas distributivas e de equidade na distribuição das riquezas geradas, não somente em termos de renda, mas também de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento social nas diversas dimensões políticas, sociais e econômicas - reflexo do contexto histórico de formação do Brasil que se propaga para as macrorregiões e conseqüentemente para os municípios. Um estudo mais detalhado dos indicadores de crescimento e desenvolvimento de forma conjunta, se torna necessário para se entender as conseqüências do tema abordado - como é o caso da pobreza. Entende-se que os índices quantitativos são importantes, porém, não são suficientes para entender a desigualdade na Região Metropolitana de Belém, devido a maneira como os dados são mensurados.

A abordagem metodológica será exploratória com o objetivo de investigar o problema de pesquisa; quantitativa por levantar números estatísticos com apresentação em gráficos e tabelas para chegar a resultados relevantes por meio de análises comparativas e descritivas; qualitativa por utilizar bibliográfica de livros com autores como Amartya Sen, Thomas Piketty; boletins informativos de centros de pesquisas especializados; artigos científicos pesquisados em SciELO (Scientific Electronic Library Online), textos jornalísticos e base de dados secundários extraídos principalmente de fontes como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com base nas Pesquisa Nacional de Amostra em Domicílios contínua (PNADc) para analisar as percepções sobre tema de pesquisa. As tabelas e gráficos com dados secundários disponibilizados pelas instituições citadas acima, serão utilizadas para fundamentar as ideias propostas, demonstrando número estatísticos e reais de maneira comparativa, analítica e crítica; com o objetivo de chegar a conclusões socialmente relevantes e de acordo com as hipóteses levantadas. A principal ideia não é um trabalho estatístico, no entanto, entende-se a importância dos dados para visualizar de que maneira a desigualdade se apresenta em número e estimativas no Brasil, no Pará e principalmente na RMB.

A base de investigação será tanto empírica - observando o contexto social durante os anos analisados até o contexto atual da covid-19 com base em observações no âmbito social, político e econômico dos agentes que compõem nossa sociedade; quanto teórica - usando de forma exploratória textos que tragam reflexões socioeconômicas e como elas se adequam à realidade local da Região Metropolitana de Belém, a interpretação destes textos trazem perspectivas de diferentes autores dos principais conceitos que serão base da discussão crítica da realidade política, econômica e social da região.

Será feita uma análise da desigualdade na RMB trazendo dados regionais dos níveis de pobreza e renda na região relacionando com situações que envolvem diversas vertentes sociais como no caso da Covid-19 com o objetivo de entender os efeitos no âmbito político, econômico e social. Dessa forma, na seção seguinte vamos apresentar dados econômicos e sociais dos municípios que compõem a região para analisarmos a desigualdade entre os municípios e seus reflexos na sociedade trazendo para a atualidade na conjuntura da Covid-19, será analisado de forma crítica os efeitos da desigualdade quando relacionamos com a questão da pobreza e renda com os objetivos de entendermos mais profundamente os efeitos da desigualdade a níveis microrregiões.

2. OS EFEITOS DA DESIGUALDADE NA RMB E SEUS REFLEXOS COM PANDEMIA DA COVID - 19

A Região Metropolitana de Belém (RMB) é composta pelas microrregiões de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará e Castanhal; possui uma área de extensão de aproximadamente 3.566 km², com população aproximadamente de 2.547.756,00 habitantes - de acordo com dados do IBGE Cidades 2021. Na Tabela 2, abaixo, estão apresentados os números da população estimada por município com o objetivo de ter uma visão mais panorâmica em termos numéricos. Essas informações serão importantes nos próximos tópicos na análise da desigualdade na RMB.

Tabela 1 - Número de habitantes e percentual de participação por município da Região Metropolitana de Belém.

	Belém	Ananindeua	Marituba	Benevides	Santa Bárbara do Pará	Santa Izabel do Pará	Castanhal
População estimada [2021]	1.506.420	540.410	135.812	64.780	21.811	72.856	205.667
Percentual de participação [2021]	59,13%	21,21%	5,33%	2,54%	0,86%	2,86%	8,07%

Fonte: RMB,[2021] - IBGE/PNADc

Em relação às relações interurbanas entre os municípios, Belém sendo a região de influência - a capital do estado do Pará - é o município mais populoso, com melhores ofertas de emprego e serviços tanto públicos quanto privados. Em razão disso, a relação entre Belém e os demais municípios da região metropolitana é constante e intensa, atraindo visitantes de todos os municípios que procuram por serviços de saúde. Ademais, Belém está conurbada com o município de Ananindeua em consequência do crescimento demográfico. Na imagem a seguir está o mapa da RMB.

Figura 1 - Mapa da região metropolitana de Belém

Fonte: SEDOP (2018).

Do ponto de vista econômico, segundo dados disponibilizados pelo IBGE Cidades, dos municípios que fazem parte da RMB no ano de 2019, Benevides apresentou o melhor Produto Interno Bruto per capita (PIB per capita) com valor de R\$ 24.874,67; seguido de Belém com R\$ 21.708,55 R\$; Castanhal com R\$ 20.123,38; Ananindeua R\$ 15.389,79; Marituba R\$ 14.695,07; Santa Izabel do Pará R\$ 11.252,79 e Santa Bárbara do Pará R\$ 8.605,28. Os dados representam a produção dentro dos municípios dividido pelo número de seus respectivos habitantes. Observem que a princípio parecem números significativos e se supõe que as condições de vida de seus habitantes seja satisfatória, contudo, ao analisar outros indicadores como salário médio mensal dos residentes ocupados em trabalhos formais e comparar com o percentual do trabalho formal e o percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo, percebe-se que as condições de vida da grande maioria de seus residentes é precária e que há alta concentração das riquezas por parte dos mais ricos (IBGE, 2019).

Acredita-se que a desigualdade seja um processo cíclico entre seus efeitos e as novas desigualdades que por sua vez produzem novos efeitos na sociedade que não começa com a desigualdade de renda e muito menos termina com classes formadas por pessoas ricas e pobres. Ela apresenta traços ligados às transformações e relações sociais que se renovam a cada fase histórica, apresentando novas características, mas em seu núcleo possuem a

mesma forma, sendo mais expressiva em alguns períodos históricos que em outros (SEN, 2000; PIKETTY, 2014).

Voltemos cem anos, aos tempos da Belle Époque, em torno de 1900-1910. Em todos os países europeus, a concentração do capital era ainda mais extrema do que nos dias de hoje. É importante ter em mente as ordens de grandeza que apresentamos na Tabela 7.2. Por volta de 1900-1910, tanto na França como no Reino Unido ou na Suécia, assim como em todos os países cujos dados temos disponíveis, os 10% mais ricos detinham a quase totalidade da riqueza nacional: a parcela do décimo superior alcançava 90%. O 1% mais abastado possuía sozinho mais de 50% do total da riqueza. A parcela do centésimo superior ultrapassava 60% em alguns países particularmente desiguais, como o Reino Unido. Em contrapartida, os 40% do meio detinham apenas pouco mais de 5% da riqueza nacional (entre 5% e 10%, dependendo do país) — isto é, situação muito semelhante à dos 50% mais pobres de hoje, que detêm menos de 5%. (PIKETTY, 2014, p.255)

Nesse sentido, o estudo da desigualdade presente na RMB se torna importante para entendermos sua complexidade. Os efeitos da pandemia da Covid-19 não são apenas casos a serem debatidos, mas sim, solucionados, porque na medida em que a sociedade passa por momentos de incertezas, os mais pobres necessitam não apenas de auxílios, mas de um país que gere emprego e renda, com uma economia estável ao ponto de manterem o sustento de suas famílias de forma digna.

Mesmo com as transformações sociais e a reorganização da relações entre os estratos sociais - estratos que representam a desigualdade intrínseca na sociedade apesar de séculos terem se passado (PIKETTY, 2014) - a desigualdade ainda é um fenômeno fruto das relações entre a acumulação recurso - recursos não somente monetários, mas de acesso a terras, oportunidades de educação a qual deseje, melhores oportunidades de acesso à saúde e etc - pelos detentores de tecnologias, terras, capital e da distribuição desigual de recursos produzidos em toda a sociedade. Hoje, em países capitalistas como o Brasil essas relações se apresentam representam capitalistas e trabalhadores, mas em outros tipos de sociedades já foram relações entre plebeus e nobre; escravos e senhores; servos e vassalos. (SAES, F., SAES, A., 2013).

Em casos como a pandemia da Covid-19 ou até mesmo outro evento como crises financeiras e climáticas, a desigualdade tem maior reflexo nos estratos com menores recursos e sociedades mais pobres, isso acontece principalmente pelas relações de necessidade de recursos, recursos esses que sendo baixos comprometem a dignidade mínima (alimentação adequada, acesso à escola de qualidade, saúde, água encanada, luz elétrica e etc.) que se espera dentro de uma sociedade que caminha para o desenvolvimento. (SEN, 2000). Dessa forma, estudar a questão da pobreza dentro da RMB como um reflexo da desigualdade é importante por se tratar de um assunto que tem reflexos significativos na economia e desenvolvimento regional.

2.1. A Pobreza na RBM como um Efeito da Desigualdade

Pobreza é caracterizada como a escassez de recursos sociais e econômicos para adquirir produtos e serviços básicos para a vivência social, ela é medida por meio de valores base de recebimentos monetários mínimos, por parte das famílias. É ainda, consequência da desigualdade existente no âmbito social e da má distribuição das riquezas geradas dentro de um país, estado ou município. Historicamente, quem detém os meios de produção e o capital tem maior apropriação da produção gerada. Hoje, nossa sociedade ainda é marcada por aspectos sociais como este e seus efeitos aparecem em vários aspectos sociais (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2001).

Nos grupos sociais brasileiros se percebe que o maior grau de disparidade e pobreza é ainda maior quando comparamos homens e mulheres, brancos e pretos. De acordo com dados disponibilizados pelo IBGE a taxa per capita de pessoas que recebem até ¼ do salário-mínimo no Brasil, no ano de 2020, cerca de R\$ 261,25 em homens considerados brancos é de 5,8%, já mulheres consideradas brancas a taxa é de 6,2%; quando comparamos com homens considerados pretos ou pardos a taxa é de 13,3%, já as mulheres consideradas pretas ou pardas a taxa foi de 14,2%. Os índices acima representam a maneira como a pobreza se caracteriza de forma abrangente, sendo consequência a desigualdade social (IBGE, 2020).

A RMB apresenta elevado índice de pobreza, da mesma forma que as demais regiões metropolitanas como: Manaus, Grande São Luís, Recife, João Pessoa, e Macapá. Com base em dados disponibilizados pela PNAD, de 2021, a RMB possui cerca de 36% de pessoas que se encontram em situação de pobreza e 8,5% que se encontram em situação de extrema pobreza. Esses percentuais são considerados elevados já que representam em números de residentes 843.168,00 e 197.780,00, respectivamente. O Boletim de desigualdade das metrópoles (2022) traz informações importantes sobre como se calcula a linha da pobreza e extrema pobreza a nível mundial:

Para o acompanhamento da pobreza global, as Nações Unidas e o Banco Mundial estabeleceram inicialmente a medida de US\$ 1,00 por dia, ainda na década de 1990. Este valor tem sido atualizado constantemente, e hoje está em US\$1,90 - baseado no cálculo da Paridade de Poder de Compra (PPC) de 2017. Tal patamar se justifica por ser válido como linha de pobreza mesmo para os países mais pobres do globo, se constituindo, portanto, como um mínimo a ser perseguido por todo e qualquer país. Essa importante medida foi utilizada nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM – e está presente na Agenda 2030 para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS. (SALATA; RIBEIRO, pág. 24, 2022).

Ainda, segundo o Boletim de desigualdade nas Metrôpoles (2022), pessoas que recebem por mês menos de R\$465,00 estão abaixo da linha da pobreza e pessoas que recebem por mês menos de R\$160,00 estão abaixo da linha da extrema pobreza. Esses valores foram atualizados, convertidos para o real utilizado o cálculo baseado na medida de Paridade do Poder de Compra (PPC) de 2017 e deflacionados para os valores médios de 2021 mediante ao IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo). A taxa de câmbio medida em PPC permite a comparação do valor real das moedas em determinado momento - é

elaborada com base na pesquisa mundial de preços de bens e serviços, (SALATA; RIBEIRO, 2022).

A Tabela, a seguir, representa em termos estatísticos de porcentagem (%) e sua respectiva representação numérica da quantidade de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza na RMB. A série histórica relaciona de forma comparativa os anos entre 2012 até 2021. Teve como base os microdados coletados pela PNAD e disponibilizados pelo IBGE em sua divulgação trimestral. Os dados para a construção da presente tabela foram extraídos das tabulações disponibilizadas pelo Boletim de Desigualdade das Metrôpoles (2022) contendo todas as metrôpoles do país. A tabela tem como objetivo trazer em evidência os dados da cidade de Belém, para analisar a dimensão em termos numéricos e percentuais da pobreza dentro dos municípios que compõem a RMB.

Tabela 1 - Proporção e número de pessoas em situação de extrema pobreza entre o ano de 2012 até 2021 – RMB

Ano	Pessoas em Situação de Pobreza (%) - RMB	Número de Pessoas em Situação de Pobreza - RMB	Pessoas em Situação de Extrema Pobreza (%) - RMB	Número de Pessoas em Situação de Extrema Pobreza - RMB
2012	30,0	655.885,00	4,7	103.085,00
2013	28,1	618.845,00	2,8	62.510,00
2014	26,2	580.344,00	3,2	72.024,00
2015	29,9	669.775,00	3,4	76.411,00
2016	30,1	678.485,00	3,5	78.572,00
2017	28,2	639.541,00	4,3	98.143,00
2018	29,4	672.646,00	5,7	131.336,00
2019	29,1	670.219,00	6	138.756,00
2020	23,9	555.489,00	3,9	89.930,00
2021	36,0	843.168,00	8,5	197.780,00

Fonte: Boletim de Desigualdade das Metrôpoles (2022).

Observa-se que a menor taxa de pobreza na metrópole foi de 23,9% no ano de 2020 o que representa cerca de 555.489 de residentes com rendimentos iguais ou superior a R\$465,00 por mês, abaixo desse valor as famílias estariam abaixo da linha da pobreza, ou seja, sem recursos suficientes para atender as necessidades básicas de acordo com a paridade do poder de compra. No entanto, a realidade das famílias é outra, mesmo com os auxílios emergenciais disponibilizados no ano de 2020 e 2021, devido a pandemia da covid-19, no valor de R\$ 600 reais, essa renda não é suficiente para suprir as necessidades básicas das famílias como alimentação, gás e energia. Houve também auxílios de R \$1.200 reais, esse valor de fato contribuiu para uma melhoria na situação das famílias em maior vulnerabilidade socioeconômica, como é o caso de mães solo que trabalham de forma

informal. Essa situação ainda se evidencia com a taxa de 29,1 % de pessoas em situação de pobreza em 2019, cerca de 670.219,00 e 2018 com taxa de 29,4%, representando cerca de 672.646,00 residentes (SALATA; RIBEIRO, 2022).

No ano de 2021, temos a maior taxa da série apresentada, 36,0%, o que representa 843.168,00 pessoas em situação de pobreza RMB. Esse crescimento da menor taxa (2020) da série histórica para a maior taxa (2021) de pessoas em situação de pobreza, em anos consecutivos pode ser entendida pela diminuição da abrangência dos auxílios emergenciais e sua suspensão para algumas famílias ou indivíduos que vivem só. Mais adiante será discutido sobre renda e a importância do estado para prestar assistência às famílias em maior vulnerabilidade socioeconômica.

Quando olhamos pela ótica da extrema pobreza, podemos perceber que durante a série histórica apresentada a menor taxa foi de 2,8 % em 2013, representando em termos numéricos cerca de 62.510,00 residentes em situação de extrema pobreza dentro da metrópole do estado do Pará. No ano em questão o governo federal teve como principal objetivo o combate à miséria e defesa do crescimento econômico no Brasil, principalmente para que a crise financeira mundial - que estava acontecendo nesse período - não comprometesse o desempenho do Brasil.

Já a maior taxa de extrema pobreza dentro da região metropolitana foi de 8,5% no ano de 2021, representando cerca de 197.780,00 de pessoas com renda abaixo de R\$ 160,00 por mês. No ano anterior (2020), essa taxa foi de 3,9% representando 89.930 residentes em situação de extrema pobreza, taxa que representa menos da metade dos residentes do ano de 2021. Quando comparamos os anos de 2020 e 2021, o aumento de residentes em situação de extrema pobreza cresce em 107.850 residentes; resultado da ação de políticas públicas que não abrangem ou negligenciam as várias variáveis do pós fim de auxílios assistência da população mais carente como o auxílio emergencial em um panorama como a pandemia da Covid-19 (SALATA; RIBEIRO, 2022). O desemprego, a dificuldade de continuar a trabalhar de forma autônoma, aumento constante da inflação em produtos da cesta básica, aumento no valor dos combustíveis e do gás de cozinha são elementos, mesmo na fase menos graves da pandemia, que para quem sustenta uma família com um salário-mínimo, não garante o mínimo para sobrevivência (SALATA; RIBEIRO, 2022).

Se compararmos os anos de 2013 e 2021, o número de residentes em situação de extrema pobreza cresceu em 135.270, o triplo do primeiro ano da série. Isso representa um aumento no número de pessoas que não ganham o suficiente para garantir uma refeição ao dia. É importante entender que as decisões dos governantes de um país têm reflexo na vida social de forma direta ou indireta de toda população de um país, em seus estados, em seus municípios e caracteriza uma série de eventos resultantes da corrupção e desigualdade histórica do Brasil.

A relação de pobreza como consequência da insuficiência de renda e da desigualdade existente na distribuição é amplamente analisada pelos autores do presente trabalho - Piketty (2014) e Sen (2000) - ambos reconhecem que a pobreza tem relação com a insuficiência de renda. No entanto, Sen (2014) não relaciona pobreza somente a insuficiência de renda, mas também, a limitações na ampliação das capacitações, ou seja,

nós podemos ter uma renda média familiar acima daquela que nos classificaremos como pessoas pobres e não ter recursos suficientes para ampliar todas as capacidades que julgamos possuir e gostaríamos de desenvolver, da mesma forma se tivéssemos uma renda que nos colocasse em condição de pobreza ou extrema pobreza, somente o aumento na renda acima da linha da pobreza não seria suficiente para solucionar problemas de habitação precária por falta de saneamento básico, altas taxas de mortalidade por doenças sem controle endêmico, educação limitada devido às estruturas sociais de um país que limitam e privam a liberdade das pessoas se tornarem aquilo que desejam.

Diante do presente trabalho de exploração do assunto desigualdade pode surgir perguntas como: Dentro da RMB será que a desigualdade na renda tem efeito no nível de desigualdade em múltiplas áreas da região? E será que essa desigualdade tem efeitos na ampliação das capacitações que tanto Sen (2000) aponta em seu livro? Como ambos os autores citados no parágrafo anterior, reconhecemos que a desigualdade na renda tem efeitos na vida social das pessoas e na RMB não é diferente, no entanto dependendo da região ela se apresenta de forma mais complexa, com índices altos que contribuem para a precarização de milhares de famílias, assim no próximo tópico será feito uma análise crítica sobre essas questões.

2.2 A Disparidade na Renda Contribui para a Desigualdade de Oportunidades e Ampliação das Capacitações?

Em países como o Brasil, que possui alto índice de pobreza e de trabalho informal, o baixo rendimento de famílias representa a desigualdade de oportunidades, mesmo com a ideia de o capitalismo possibilitar o enriquecimento das classes mais pobres. Contudo, esse modo de produção é voltado àqueles detentores do Capital. Os demais, vendem sua força de trabalho em busca de salários. O desemprego, o aumento da desigualdade e da pobreza contribuem para a queda no rendimento das famílias que buscam o sustento e acabam se submetendo a trabalhos com menores salários.

Devido a desigualdade na renda, existem famílias que vivem com recursos extremamente limitados, algumas não conseguem garantir o alimento básico e vivem na precariedade, mesmo algumas famílias recebendo assistência social do Estado que é subsidiado com a contribuição pública dos impostos arrecadados. Essas famílias enfrentam a marginalização de serem consideradas um peso para o Estado, por não trabalharem. Essas pessoas são as mais exploradas por aceitarem qualquer tipo de trabalho e renda para garantir um prato de comida. Dessa forma, é importante analisar o rendimento da região Metropolitana de Belém para que se entenda as consequências dessa desigualdade dentro da região (IAMAMOTO, 2009).

Ao relacionarmos pobreza e renda, a tabela abaixo apresenta o percentual da população com rendimento mensal per capita de até $\frac{1}{2}$ salário-mínimo por microrregião. Os dados foram retirados do IBGE cidades e mostram que no ano de 2010 em todos os municípios o índice de famílias com rendimento per capita é igual ou superior a 39%

chegando a 47,5% no município de Santa Bárbara do Pará, mesmo o PIB per capita sendo de R\$8.605,28 conforme exposto no tópico 3.2.

Tabela 2 - Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo nos municípios que compõem a RMB no ano de 2010

	Belém	Ananindeua	Marituba	Benevides	Santa Bárbara do Pará	Santa Izabel do Pará	Castanhal
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]	39 %	39,9 %	42,4 %	42,5 %	47,5 %	47,2 %	41,9 %

Fonte: IBGE Cidades, 2010.

Esse alto índice de famílias com renda per capita igual a meio salário-mínimo dentro da RMB faz as limitações no acesso à serviços básicos serem uma das maiores preocupações de seus residentes, principalmente, em situações como a pandemia da Covid-19 onde o país ainda sofre com reflexos da atividade econômica mundial se recuperando; guerras externas, mas que repercutem nos demais países, incluindo o Brasil; a inflação; o desemprego; a baixa na geração de emprego e renda. Os mais pobres são os primeiros a sentirem os efeitos da desigualdade, já que possuem recursos limitados ou quase inexistentes para garantir a subsistência.

Assim, ao analisar o rendimento médio anual³ per capita da RMB, nos últimos dez anos. O Quadro em anexo A, apresenta o método estatístico que considera a renda média per capita nacional brasileira e a renda média nacional per capita brasileira dos 40% mais pobres, assim como, a renda média per capita de Belém e a renda média per capita dos 40% mais pobres de Belém no decorrer da série histórica, que será analisada entre o período de 2012 a 2021. As variáveis sobre rendimento apresentadas serão trabalhadas de forma conjunta com a finalidade de entender mais profundamente a distribuição de renda e as consequências da distribuição desigual na vida das famílias residentes microrregião de Belém.

³ Entende - se rendimento médio como a soma dos rendimentos de todos os residentes que participaram do estudo feito pela pesquisa nacional de amostras em domicílios (PNAD) dividido pelo número de residentes que participaram da amostra analisada.

A microrregião apresentada foi utilizada para demonstrar de que forma a desigualdade de renda se apresenta dentro dos municípios que compõem a RMB; com objetivo de analisar de forma comparativamente os rendimentos dos grupos tabulados para entender como a desigualdade tem efeito sobre os rendimentos. Os microdados foram disponibilizados pelo IBGE por meio da PNADc e apresentados pelo boletim de desigualdade das metrópoles, contendo o rendimento médio per capita das famílias analisadas.

Com base nos dados disponibilizados pelo boletim de desigualdade nas metrópoles (2022), percebe-se que durante a série histórica analisada o rendimento médio brasileiro teve aumento nos anos de 2012 a 2014, com redução nos anos 2015 e 2016, se manteve pouco estável nos anos seguintes com aumento em 2017, redução em 2018, aumento em 2019 e redução consecutiva em 2020 e 2021. Apresentou maior rendimento médio per capita no ano de 2019 com renda média de R\$1.509,00 e menor rendimento médio no ano 2021 com renda média de R\$1.351,00.

Ao analisar a RMB, percebe-se que houve aumento da média dos rendimentos entre os anos de 2012 até 2014, e a redução na renda média de seus residentes em 2015. Nos anos de 2016 a 2019, conseguiu manter aumento constante, voltando a ter redução em 2020 e 2021, consecutivamente. A maior média de rendimento per capita da série foi representada no ano de 2019, com valor de R\$ 1.598,00 reais, e o menor rendimento médio no ano de 2012, com R\$ 1.155,00 reais. Comparando a renda média nacional per capita do Brasil, com a renda média per capita da metrópole Belém, durante todos os anos da série apresentada a renda média nacional se manteve acima da renda média local. Em 2019, a renda média da RMB, R\$ 1.598,00, superou a renda média nacional de R\$ 1.509,00.

É possível perceber que nos últimos anos a renda média da RMB se aproxima da renda média nacional. Pode-se entender que isso acontece pelas oscilações do rendimento médio da segunda e crescimento da renda média da primeira, principalmente no ano de 2019. Durante esse período, apesar do crescimento da renda média na RMB, o índice de desigualdade no ano de 2019 foi o maior da série histórica. Esses dados demonstram que calcular a renda média per capita de um país ou região com base nos salários de todos os residentes da região estudada pode revelar dados importantes para analisar o crescimento da renda, porém, para entender a desigualdade na distribuição de renda é necessário analisar a renda do estrato mais pobre da sociedade, uma vez que eles possuem os menores rendimentos.

Mesmo com o combate à desigualdade na distribuição de renda e a pobreza existente no Brasil, o estrato que se encontra com os menores rendimentos, os 40% mais pobres, ainda sentem com maior intensidade os efeitos da desigualdade que se mostra expressiva em números percentuais estatísticos, conforme apresentado anteriormente. Números esse que permanecem constantes na maioria dos anos pela falta da constância de políticas públicas focadas em resolver não apenas uma dimensão dos problemas dessas famílias, mas de forma conjunta das várias variáveis que contribuem para o agravamento da pobreza e extrema pobreza nas regiões.

Ao analisar o rendimento médio per capita das famílias que pertencem ao estrato dos 40% mais pobres do Brasil, é possível verificar que na série histórica temos um pequeno aumento no rendimento médio durante os anos de 2012 a 2014; com redução nos anos de 2015 a 2016, aumento no ano de 2017, permanece quase o mesmo valor de rendimento médio no ano de 2018. Há aumento nos anos de 2019 a 2020 e redução no ano de 2021. Durante os anos analisados se percebe maior rendimento médio no ano de 2014, com valor de R\$ 415,90 e menor rendimento médio no ano de 2021, com valor de R\$ 338,60.

A média de rendimentos dos residentes 40% mais pobres na metrópole Belém se apresentou da seguinte forma: nos anos de 2012 a 2014, houve aumento da renda média per capita; redução nos anos de 2015 a 2016; aumento em 2017; redução em 2018 e 2019; com aumento em 2020 e redução em 2021. Com maior rendimento médio em 2020 com R\$ 397,20 e menor rendimento médio, em 2021, com R\$ 285,70. Quando comparamos o rendimento médio per capita do estrato dos residentes 40% mais pobres da média nacional com a metrópole Belém se percebe que durante toda a série histórica a renda média anual nacional supera a renda média anual de Belém.

O reflexo da desigualdade nas famílias com menor rendimento se apresenta em diversas áreas na vida social, na saúde, na fragilidade na alimentação, na educação, no nível de instrução de crianças e adolescentes, na dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal, que garante os direitos mínimos trabalhistas. Por esse motivo, não só na Região Metropolitana de Belém a desigualdade tem seus efeitos, mas também tem seus reflexos em todo o Brasil. Apesar do crescimento da economia e da diminuição da taxa de desocupação pós pandemia, percebe-se que o rendimento médio brasileiro teve redução nos últimos anos, fruto do aumento da desigualdade no mesmo período.

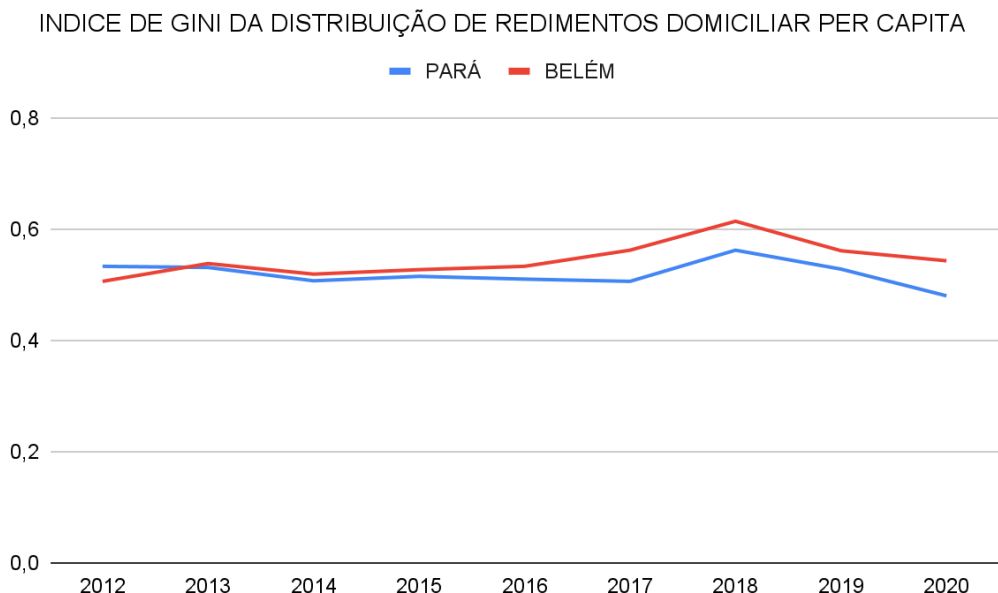
Sem rendimentos suficientes as famílias têm limitação de ampliar suas capacitações por se encontrarem privados de escolhas que, provavelmente, teriam se seus rendimentos fossem melhores. A ampliação dessas opções é importante para uma boa educação e desenvolvimento crítico de crianças e adolescentes que estão em formação social. Sem uma boa base tanto familiar quanto escolar futuramente essas crianças e adolescentes teriam menores oportunidades no mercado de trabalho o que colabora para o crescimento da condição de pobreza.

Mesmo nos países que já não são esporadicamente devastados por fomes coletivas, a subnutrição pode afetar numerosos seres humanos vulneráveis. Além disso, muitas pessoas têm pouco acesso a serviços de saúde, saneamento básico ou água tratada, e passam a vida lutando contra uma morbidez desnecessária, com frequência sucumbindo à morte prematura. Nos países mais ricos é demasiado comum haver pessoas imensamente desfavorecidas, carentes das oportunidades básicas de acesso a serviços de saúde, educação funcional, emprego remunerado ou segurança econômica e social. (SEN, 2000, p. 29)

As palavras de SEN (2000) nos trazem reflexões sobre a desigualdade e pobreza presente em países desenvolvidos, ele analisa que mesmo em países com alto grau de desenvolvimento a longevidade pode ser menor que aqueles considerados de terceiro mundo. Um dos pontos que ele ressalta seria a desigualdade existente entre homens e mulheres e como essa desigualdade tem efeitos sobre o encerramento prematuro da vida de milhares de mulheres, o que restringe a liberdade para ao sexo feminino; assim como analisa as privações de liberdade política e aos direitos civis básicos. Por essa razão, as abordagens de SEN (2000) são de importância significativa para entender aspectos da desigualdade e desenvolvimento que vão além de taxas de crescimento e análises de insuficiência de renda como única variável com maior responsabilidade da existência de pobreza na RMB, mesmo reconhecendo sua importância.

No Gráfico 2, abaixo, foram utilizados dados disponibilizados pelo IBGE com base na PNADc trimestral de 2021. O índice de GINI da distribuição de rendimentos domiciliar per capita do estado do Pará e do município de Belém no período que vai de 2012 a 2021 demonstram a concentração de renda. É importante entender que o índice de GINI mede o grau de concentração de renda em determinado grupo social, ele indica a diferença de renda entre os mais ricos e os mais pobres de acordo com a revista de informações e debate do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2004). Quanto menor o índice GINI menor a desigualdade na região analisada.

Gráfico 1 - Índice de GINI da distribuição dos rendimentos domiciliar per capita do Pará e de Belém no período de 2012 a 2020



Fonte: PARÁ; BELÉM|2021| - IBGE/PNADc.

No Estado do Pará, o índice de concentração de renda, de acordo com dados apresentados, expôs redução durante quase toda a série histórica, com exceção do ano de 2018, que mostrou aumento na desigualdade de renda e maior índice da série de 0,562. Após esse período houve redução na desigualdade de renda nos anos de 2019 e 2020, sendo que o último apresentou o menor índice da série de 0,48.

Quando comparamos as séries históricas do município de Belém com a do Estado do Pará, percebe-se que, no início da série, enquanto Belém tem aumento no nível de desigualdade de renda, o Estado do Pará tem redução. A estatística de variabilidade (CV%) disponibilizada pelo IBGE (2020) para comparar a dispersão da média de rendimentos utilizada na mensuração dos índices de desigualdade no decorrer da série histórica, mostra que a variação no município de Belém é maior que no estado do Pará, essa maior variação reforça a desigualdade e maior nível de concentração de rendimento dentro do município de Belém.

Assim, ainda pode-se inferir que nos primeiros anos da série, houve um aumento no índice entre os anos de 2012 e 2013 no município de Belém, com redução no ano de 2014. No entanto, nos anos entre 2015 e 2018 há aumento constante do índice GINI, representando aumento da desigualdade pela concentração da distribuição de rendimentos por 4 anos com pico em 2018, a partir desse período há redução nos anos de 2019 e 2020. A maior concentração de renda em Belém se apresentou no ano de 2018 com índice de 0,614 e a menor no ano de 2012 com índice de 0,506.

Percebe-se, diante das ideias de Piketty (2014) e Sen (2000) que a desigualdade histórica entrelaça várias questões sociais políticas e econômicas como o caso da desigualdade na renda ser um fator que contribui para a aumento da pobreza, aumento da desigualdade de oportunidades e desenvolvimento das capacitações das famílias. Por sua vez, a desigualdade nessas duas últimas colabora para o alto número de trabalhos com menores rendimentos, devido à falta de oportunidade e pobreza que limita a escolha de possuir todos os meios necessários para um bom desenvolvimento pessoal, já que a alimentação e habitação são prioridades diante da escassez de escolha. Dessa forma, a desigualdade de renda por parte das famílias não é a única explicação da desigualdade, e não pode ser considerada linear em seus motivos de existir. Mas está ligada a um fluxo circular com emaranhamentos difíceis de serem quebrados, que sem dúvidas tem seus efeitos na vida social das pessoas.

5. Conclusões

Pesquisar o tema desigualdade para o presente trabalho de pesquisa foi de fato uma exploração sobre o tema, a complexidade das relações entre os temas abordados faz refletir a maneira que a desigualdade se apresenta para famílias em maior vulnerabilidade socioeconômica, assim como, os seus efeitos em toda a sociedade. Percebe-se uma maior desigualdade dentro dos próprios municípios que compõem a região estudada, por esse motivo a análise sobre essas disparidades se torna tão importante não somente a nível macrorregionais e mesorregionais, mas também nas microrregiões.

A RMB foi escolhida junto com o tema da pandemia da Covid - 19 para trazer para a atualidade problemas que já se encontram em nossa sociedade a muito tempo e que carecem não só de atenção, mas de medidas que efetivamente diminua a desigualdade entre os estratos sociais, pois percebe-se que mesmo com algumas mudanças ao longo da história na concentração de recursos e riquezas a desigualdade ainda é bem expressiva. Os temas foram escolhidos para estimular o pensamento crítico sobre o assunto e entender os efeitos da desigualdade na RMB de forma abrangente, mesmo reconhecendo a necessidade de um estudo detalhado sobre o caso.

Os reflexos dos efeitos da desigualdade no índice de pobreza, nos rendimentos, assim como, os efeitos que essa relação é demonstrada no texto são um alerta para a fragilidade social da grande maioria das famílias dentro dos municípios, principalmente quando relacionamos a eventos como a pandemia da Covid - 19. A assistência do estado se mostrou fundamental no amparo a essa famílias; reconhecemos a importância de assistências como o Auxílio Emergencial, contudo, podemos chegar a conclusão que é necessário que o Estado seja capaz de gerar emprego e renda para gerar oportunidades de melhorias na qualidade de vida e autonomia familiar.

O estudo de temas como esse se tornam cada vez mais necessários no desenvolvimento de políticas públicas de alta eficiência, analisar os problemas apresentados de maneiras conjunta e os efeitos causados por altos índices de desigualdade entre os temas abordados, pois, em termos econômicos e sociais essas fragilidades tem reflexo em diversas áreas da economia, como elevação da atividade econômica, crescimento acompanhado de desenvolvimento social e equidade no desenvolvimentos de políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Ricardo; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane: **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil.**

ALVARENGA, Darlan: **“Renda média cai e atinge mínima histórica nas regiões metropolitanas: R \$1.378,00”**. G1, economia, 2022.

Agência IBGE Notícias: **Síntese de Indicadores Sociais: em 2020, sem programas sociais, 32,1% da população do país estariam em situação de pobreza.** Editoria: Estatísticas Sociais, Janeiro de 2022. Disponível

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; SANTOS, Silvana; MIOTO, Regina: **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas.** 2ª ed. São Paulo. Cortez, 2009.

CAVALCANTE, Pedro: **A questão da desigualdade no Brasil: Como estamos, como a população pensa e o que precisamos fazer. Texto para discussão,** IPEA. Brasília, 2593, setembro de 2020.

CRUZ, Matias: **O agravamento das desigualdades no Brasil. Íntegra, agência experimental.** Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, 2022).

História Econômica Geral / Flávio A. M. de Saes; Alexandre Macchione Saes. - 1. ed. - São Paulo : Saraiva, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE (2022), pesquisas nacionais de amostra domiciliar - PNADS de 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 - Brasília, IBGE: disponível em: www.ibge.gov.br.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE (2022), cidades. Brasília, IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>.

MEDEIROS, Marcelo: **Medidas de desigualdade e pobreza**. 1ª ed. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 2012.

OLIVEIRA, Daleth: **Região metropolitana de Belém tem mais de 816 mil pessoas em situação de pobreza**. O liberal, 2022. Disponível em: Região Metropolitana de Belém tem mais de 816 mil pessoas em situação de pobreza | Belém | O Liberal.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. 669 p. ISBN 9788580575811 (broch.).

RODRIGUES, Danuzia; SANTOS, Ricardo; BAGOLIN, Izete; FERNANDES, Danilo. **Pobreza multidimensional intraurbana na região metropolitana de Belém**. Redes (St. Cruz Sul, Online), v.25, Ed. Especial 2, p.2251 - 2273, 2020. ISSN 1982-6745 DOI: 10.17058/redes.v25i0.141662251.

SEN, Amartya: **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

United Nations Development Programme, Brasil: **IDH**. [s.d]. Disponível em: [IDH|United Nations Development Programme \(undp.org\)](http://IDH|United Nations Development Programme (undp.org)).

SALATA, Andre Ricardo., RIBEIRO, Marcelo Gomes. **Boletim Desigualdade nas Metrôpoles**. Porto Alegre/RS, n. 09, 2022.

VINOD, Thomas: **A Qualidade do crescimento** [et al. Tradução Élcio Fernandes. — São Paulo: Editora UNESP, 2002.

WLODARSKI, Regiane; CUNHA, Luiz: **Desigualdade social e pobreza como consequência do desenvolvimento da sociedade**.